



Sakorn_Sukkasemsakorn_CANVA

REFORMA TRIBUTÁRIA

SEIS ERROS QUE JÁ ESTÃO CUSTANDO CARO PARA AS EMPRESAS

A Reforma Tributária ainda está em fase de transição, mas muitos micros e pequenos empresários já sentem seus efeitos no caixa. Isso acontece porque, diferente de reformas anteriores, o novo modelo de tributação sobre o consumo exige mudanças operacionais profundas, baseadas em dados, processos integrados e decisões estratégicas e não apenas no cálculo de impostos.

Com a convivência entre os modelos atual e futuro, que inclui tributos como IBS, CBS e Imposto Seletivo, erros comuns de gestão podem gerar prejuízos silenciosos, corroendo margens e comprometendo a saúde financeira dos negócios. Glaudson Ferreira, especialista da GestãoClick alerta que a falta de preparo agora pode custar muito mais do que os novos tributos no futuro.

A seguir, veja os seis principais erros que já estão impactando empresas durante a transição da Reforma Tributária e que precisam ser evitados o quanto antes.

1 Continuar precificando com base no modelo atual de ICMS e ISS

Um dos erros mais comuns entre microempresas é manter a precificação baseada em modelos antigos, muitas vezes sem critérios técnicos claros. Com a chegada do IBS e da CBS e, em alguns casos, do Imposto Seletivo, a carga tributária pode variar significativamente conforme o tipo de produto, serviço ou local de consumo, alterando completamente a lógica de formação de preços.

A precificação correta passa a depender da integração entre custo, tributo, margem e canal de venda. Especialistas reforçam que a neutralidade fiscal da Reforma é sistêmica, e não individual, o que significa que algumas empresas podem sim ter aumento de carga tributária. Ignorar esse cenário pode resultar em preços defasados, margens negativas e perda de competitividade.

2 Confundir gestão financeira com gestão fiscal

Embora estejam conectadas, gestão financeira e gestão fiscal têm objetivos diferentes e confundi-las pode gerar decisões equivocadas. Enquanto a gestão financeira cuida do fluxo de caixa, rentabilidade e planejamento de recursos, a gestão fiscal é responsável pela conformidade legal, apuração e pagamento de tributos.

Durante a transição da Reforma, essa distinção se torna ainda mais importante, já que haverá a convivência de dois sistemas tributários, possíveis ajustes de crédito e recolhimentos maiores no curto prazo. Além disso, as novas regras de crédito e débito fiscal exigem controle rigoroso, pois afetam diretamente o caixa das empresas.



Zma188_CANVA

“ Saber o valor real de cada item e do estoque como um todo deixa de ser opcional. Empresas que não têm esse controle correm o risco de pagar impostos desnecessários, perder margem e enfrentar dificuldades operacionais, algo que planilhas isoladas dificilmente conseguem resolver com eficiência.



Antonio_Diaz_CANVA

3 Ignorar o impacto da tributação no destino das vendas

Empresas que vendem ou prestam serviços para fora do estado de origem enfrentarão uma das maiores mudanças da Reforma Tributária. A lógica de tributação deixa de ser baseada na origem e passa a considerar o destino da operação, ou seja, a tributação no destino é sempre baseada na localização do cliente.

Na prática, isso significa que o custo tributário não estará mais ligado apenas a onde a empresa está, mas a quem ela vende, onde vende e como vende. Sem controle por cliente, região, canal e tipo de operação, microempresas podem perder visibilidade dos custos reais e sofrer impactos inesperados no resultado financeiro.

4 Não controlar corretamente os créditos na não cumulatividade plena

A não cumulatividade plena promete maior justiça tributária, mas só beneficia empresas que conseguem controlar corretamente seus dados. Muitas microempresas não sabem exatamente o que gera crédito tributário e, por isso, acabam pagando mais impostos do que deveriam.

Para aproveitar os créditos de forma adequada, é essencial ter controle sobre compras, fornecedores, notas fiscais recebidas e correta classificação dos itens. Sem isso, os créditos deixam de ser aproveitados, comprometendo o caixa e anulando possíveis ganhos trazidos pela nova sistemática tributária.

5 Manter o estoque desorganizado durante a transição

Tratar o estoque apenas como um tema logístico é outro erro recorrente. Na nova tributação sobre o consumo, o estoque passa a influenciar diretamente o preço, a margem e o crédito tributário. Estoques mal classificados, com custos incorretos ou sem controle adequado impactam diretamente o cálculo do IBS e do Imposto Seletivo.

Saber o valor real de cada item e do estoque como um todo deixa de ser opcional. Empresas que não têm esse controle correm o risco de pagar impostos desnecessários, perder margem e enfrentar dificuldades operacionais, algo que planilhas isoladas dificilmente conseguem resolver com eficiência.

6 Prestadores de serviços não revisarem contratos e modelos de cobrança

O setor de serviços será fortemente impactado pela Reforma Tributária. O fim do ISS não representa o fim da tributação sobre serviços, mas sim sua reformulação dentro do IBS. Microempresas que não revisarem contratos e modelos de cobrança durante a transição podem enfrentar prejuízos silenciosos, com aumento de custos e redução da margem de lucro.

Especialistas destacam que será necessário avaliar cuidadosamente quais custos podem ser absorvidos para manter competitividade e quais precisarão ser repassados aos clientes. Esse equilíbrio exige gestão detalhada, simulações e visão integrada do negócio, fatores decisivos para atravessar a transição de forma sustentável.

Mais do que uma mudança fiscal, a Reforma Tributária exige uma nova postura de gestão. O sucesso na transição dependerá menos de cálculos isolados e mais da qualidade dos dados, da integração dos processos e do acompanhamento ativo da operação. Para micro e pequenas empresas, antecipar ajustes agora pode ser a diferença entre perder margem ou ganhar eficiência nos próximos anos.